Relatório do Controle Interno

1º quadrimestre de 2026

Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100, Vila Harmonia, Araraquara-SP – CEP 14.802-510
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 602-2324
CNPJ: 44.239.770/0001-67 – I.E.: Isento
www.daaearaquara.com.br

M.I. nº 042/2026/CTRL

Araraquara, 12 de junho de 2026.

Ao Sr.
Wilian Thomaz Marega
Superintendência

Assunto: **Relatório do Controle Interno – 1º quadrimestre de 2026**

Nos termos dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, arts. 75 a 79 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 54 e 59 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 13 da Lei Municipal n.º 11.453, de 5 de fevereiro de 2025, Instrução Normativa DAAE n.º 016, de 3 de agosto de 2023 e da Nota Técnica nº 01/2022 da Controladoria Geral do Município de Araraquara, de 25 de janeiro de 2022, encaminhamos o Relatório sobre a gestão das atividades realizadas, referente aos meses de janeiro a abril de 2026 no que tange à Administração do Departamento Autônomo de Água e Esgotos (Daae) de Araraquara. Em anexo, o respectivo relatório de Controle Interno.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS FERNANDO DE CARVALHO GATTAS TANNU
Data: 12/06/2026 15:36:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adm. Luís Fernando de C. G. Tannuri
Gestor Público - Controladoria
CRA/SP 156306

gov.br Documento assinado digitalmente
WELINGTON JOSE ROCHA DOS SANTOS
Data: 12/06/2026 15:42:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adm. Dr. Welington J. Rocha dos Santos
Controlador
CRA/SP 99558

Relatório do Controle Interno

1º Quadrimestre de 2026

Ao Sr.
Wilian Thomaz Marega
Superintendência

Nos termos dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 75 a 79 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, artigos 54 e 59 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, parágrafo único do artigo 38 da Lei Complementar Estadual n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, artigo 67 ao 69 da Instrução n.º 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), art. 13 da Lei Municipal n.º 11.453, de 5 de fevereiro de 2025, Instrução Normativa DAAE n.º 016, de 3 de agosto de 2023 e da Nota Técnica n.º 01/2022 da Controladoria Geral do Município de Araraquara, de 25 de janeiro de 2022, encaminha-se o Relatório do Controle Interno. Este aborda a gestão das atividades realizadas, referente aos meses de janeiro a abril de 2026, no Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE) de Araraquara.

O Relatório de Controle Interno visa auxiliar o processo de tomada de decisão pela Alta Gestão (Superintendência, Órgãos de Assessoria e Diretorias) e oferecer uma visão dos resultados obtidos na gestão administrativa, orçamentária, patrimonial e financeira da autarquia.

Sumário

I – Resumo Executivo 2
II – Metas físicas e financeiras dos planos orçamentários 3
III – Resultados da execução orçamentária e financeira 5
IV – Avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial 11
V – Análise do Relatório de Gestão Fiscal 20
VI – Ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos 22
VII – Apoio ao Controle Externo 23
VIII – Monitoramento do Sistema de Controle Interno 24
IX – Conclusões e Recomendações 25

Relatório do Controle Interno

I – Resumo Executivo

Síntese do Apurado - Posição em 30/04/2026	
Q070) Resultado Orçamentário Receitas Arrecadadas menos Despesas Empenhadas.	-R$ 77.882.641,44 (déficit) ↓
Q143) Resultado da Execução Orçamentária e Índice de Liquidez Imediata	R$ 26.885.705,18 (superávit) ↑ 2,37 (Referência: >1)
Q155) Resultado Financeiro do Exercício Variação das disponibilidades	-R$ 4.647.236,28 (déficit) ↓
Q162) Resultado Patrimonial Resultado Econômico da AUDESP	R$ 16.471,11 (superávit) ↑
Q156) Dívida Ativa	R$ 321.717.967,16 5,78% ↑
Q162) Dívida de Curto Prazo Passivo Circulante	R$ 18.919.528,08 -29,16% ↓
Q162) Dívida de Longo Prazo Passivo Não Circulante	R$ 16.175.251,38 -15,92% ↓
Q018) Despesas de Capital e Taxa de Investimento Investimento sobre RCL	R$ 23.184.348,91 11,23%
Q050) Taxa de Amortização dos Precatórios	64,07%
Q063, Q064 e Q067) Encargos Sociais	Recolhimentos efetuados

Planejamentos do acompanhamento do controle interno (art. 68, § 1º, da IN TCE-SP 01/2024).	
O planejamento desta Controladoria baseou-se nas seguintes fontes para a racionalização dos trabalhos de campo:	• Elaboração de matriz de planejamento baseada em riscos para a escolha dos quesitos aplicados, que foram colhidos em grande parte no Manual de Controles Internos de 2022 do TCE-SP; • Prestação de contas do exercício em exame enviada para a Controladoria Geral do Município (CGM); • Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e sentenças do TCE-SP, no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações: TC-002354.989.23-8, TC-002141.989.22-8 e TC-002740.989.21; • Análise das informações constantes no Portal de Sistemas do TCE-SP (SSO), principalmente os sistemas: Audesp e Painéis do TCE; • Indicadores finalísticos componentes do Sistema de Gestão Integrada (ISO 9001 e 14001) e do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa); • Verificação do Extrato CAUC do Sistema de Transferências Intergovernamentais (STI); CNPJ consultado 44.239.770/0001-67.

II – Metas físicas e financeiras dos planos orçamentários

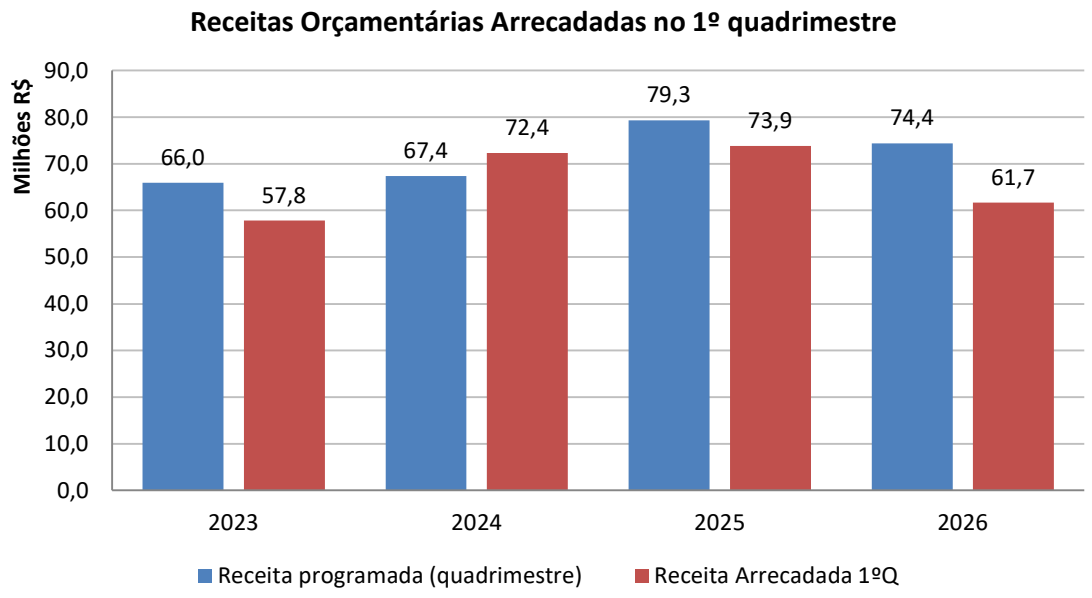
Avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados (art. 74, I, e II, da CF; art. 75, III, da Lei Federal 4.320, de 1964; e art. 67, I, da IN TCE-SP 01/2024).	
AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO PREVISTAS NO ORÇAMENTO (LDO	
Q033) Quais os projetos governamentais cujas metas físicas estão bem abaixo do proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)? Discriminar.	Programa: 0007 Gestão Estratégica do Sistema de Água Projeto: 1013 – Construção de Poços Meta LDO: 100 % Execução Física: 0 % Observações: É vantajoso ao erário que a priorização e execução das obras desta ação aconteça após a liberação, ou não, dos recursos externos que ainda estão em análise (citam-se abaixo). Projeto: 1014 – Execução de Obras com Recursos do FEHIDRO Meta LDO: 100 % Execução Física: 0 % Observações: Contrato DAAE nº 021/2026 - 31/03/2026 - OS nº 003/2026 emitida em 12/05/2026. Atraso causado pela demora na liberação dos recursos FEHIDRO. Projeto: 1015 - Construção e recuperação de reservatórios - DAAE Meta LDO: 100 % Execução Física: 0 % Observações: É vantajoso ao erário que a priorização e execução das obras desta ação aconteça após a liberação, ou não, dos recursos externos que ainda estão em análise (citam-se abaixo). Projeto: 1016 - Construção de reservatórios – NOVO PAC Meta LDO: 1 % Execução Física: 0 % Observações: Aguardando liberação do Ministério das Cidades e CEF - Contratos assinados em 12/03/2026. Projeto: 1017 - Ampliações e melhorias no Sistema de Abastecimento de Água - Programa Selesan Meta LDO: 100 % Execução Física: 0 % Observações: Existe processo de ajuste fiscal em andamento, conforme o Art. 167-A da CF, em prol do atendimento aos requisitos de contratação da operação de crédito.

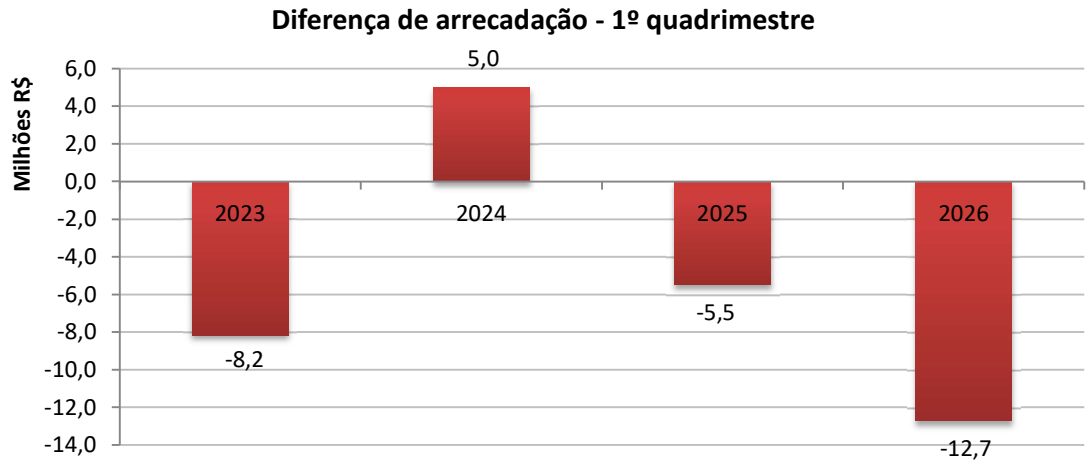
	Programa: 0008 Gestão Estratégica do Sistema de Esgoto Projeto: 1018 - Ampliações e melhorias no Sistema de Esgotamento Sanitário - Programa Selesan Meta LDO: 100 % Execução Física: 0 % Observações: Existe processo de ajuste fiscal em andamento, conforme o Art. 167-A da CF, em prol do atendimento aos requisitos de contratação da operação de crédito. Projeto: 1019 - Ampliações e Melhorias no Sistema de Esgotamento Sanitário - NOVO PAC Meta LDO: 100 % Execução Física: 0 % Observações: Existe processo de ajuste fiscal em andamento, conforme o Art. 167-A da CF, em prol do atendimento aos requisitos de contratação da operação de crédito.
Q034) Quais são os projetos governamentais cujos custos estão acima do previsto ou que não foram previstos na LDO.	Não há projetos com custo acima do previsto neste quadrimestre.
Q061) As obras estão de acordo com o cronograma físico-financeiro, ou seja, não existem obras paralisadas ou atrasadas no período?	Atualmente, existem 3 obras com situação “em atraso” no Painel de Obras do TCE/SP. No entanto, trata-se de equívoco durante a inclusão de dados no Sistema Audesp. As informações foram retransmitidas e o Painel será atualizado conforme calendário do TCE/SP. Segue a relação das obras: 1 - Contratação de empresa para execução da recuperação estrutural e impermeabilização do reservatório R01 (P.E. 095/2024). Esta obra encontra-se finalizada e teve seu Termo de Recebimento Definitivo emitido em 15/12/2025. 2 - Fornecimento montagem e instalação de barrilete no Centro de Produção e Reservação Cruzes II (P.E. 053/2024). Esta obra encontra-se finalizada e teve seu Termo de Recebimento Definitivo emitido em 07/07/2025. 3 - Contratação de empresa para realizar serviços de subsetorização do setor de abastecimento Monte Carlo (P.E. 008/2024). Esta obra encontra-se finalizada e teve seu Termo de Recebimento Definitivo emitido em 23/09/2025.

INDICADORES DE GESTÃO (PPA)	
Q159) Qual a taxa de perdas de água produzida? Está atendendo a meta do PPA? Em caso negativo, quais as medidas tomadas para reduzir as perdas e melhorar o desempenho do sistema de água?	Programa: 7. Gestão Estratégica do Sistema de Água Indicador: IN049 Perdas de Água na Distribuição Meta PPA: 46,00% Realizado 1ºQ 2025: 42,86% Realizado 1ºQ 2026: 44,69% A meta do PPA foi atendida no primeiro quadrimestre de 2026.

III – Resultados da execução orçamentária e financeira

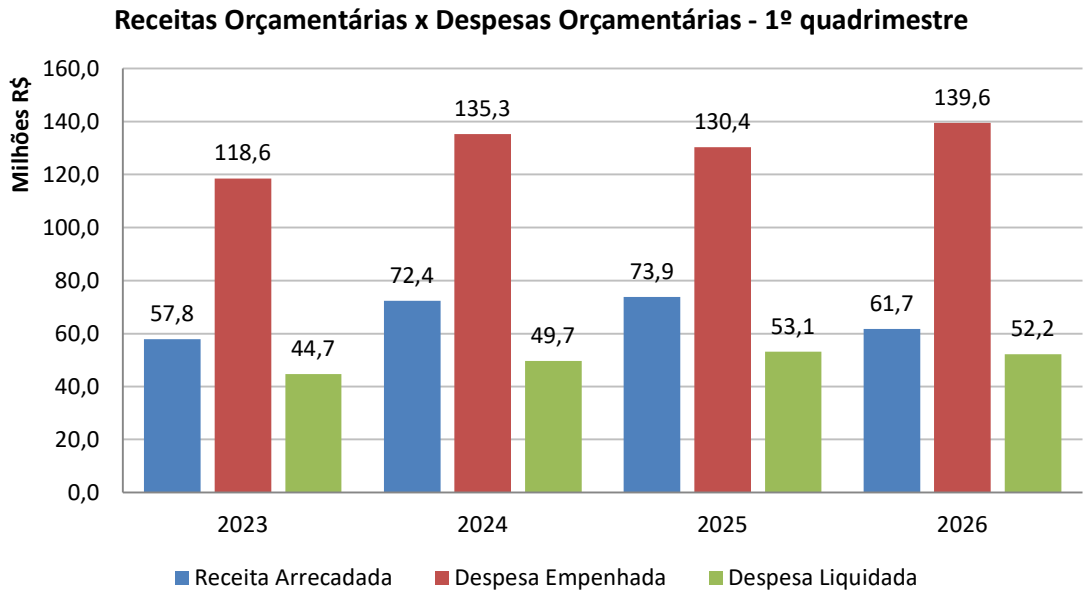
Avaliação dos resultados da execução orçamentária e financeira (art. 59, I, da LRF e NT CGM Araraquara 01/2022).		
AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Q042) Como foi o comportamento da receita orçamentária própria?	**Receita Corrente**	
	Prevista até o período:	R$ 64.000.540,00
	Arrecadada até o período:	R$ 61.123.913,02
	Resultado da arrecadação:	-R$ 2.876.626,98
	Δ mesmo período do exercício anterior:	-16,28%
	Receita de Capital	
	Prevista até o período:	R$ 10.394.333,33
	Arrecadada até o período:	R$ 553.509,13
	Resultado da arrecadação:	-R$ 9.840.490,87
	Δ mesmo período do exercício anterior:	193,94%
	Receita Total	
	Prevista até o período:	R$ 74.394.540,00
	Arrecadada até o período:	R$ 61.677.422,15
	Resultado da arrecadação:	-R$ 12.717.117,85
	Δ mesmo período do exercício anterior:	-16,49%

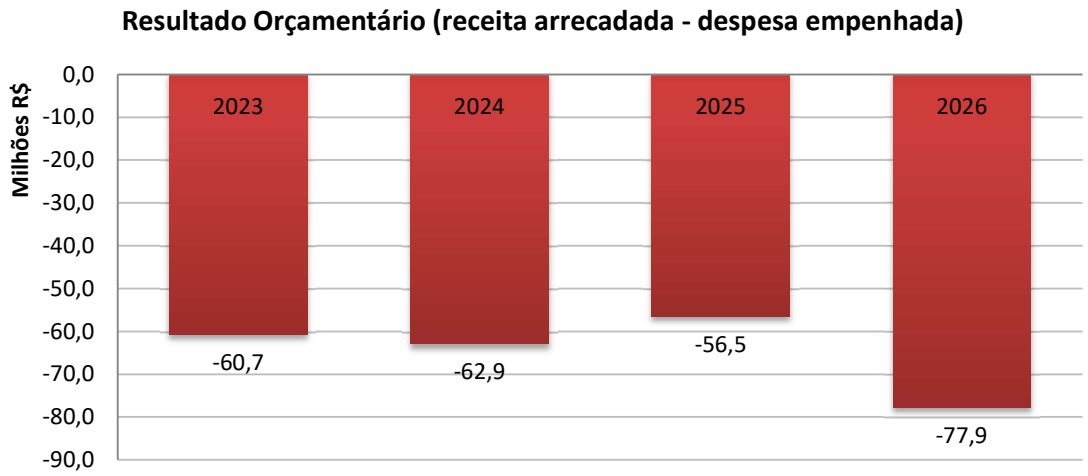

Receitas Orçamentárias Arrecadadas no 1º quadrimestre
Milhões R$
90,0
80,0
70,0
60,0
50,0
40,0
30,0
20,0
10,0
0,0
66,0
57,8
67,4
72,4
79,3
73,9
74,4
61,7
2023
2024
2025
2026
Receita programada (quadrimestre)
Receita Arrecadada 1ºQ


Diferença de arrecadação - 1º quadrimestre
Milhões R$
6,0
4,0
2,0
0,0
-2,0
-4,0
-6,0
-8,0
-10,0
-12,0
-14,0
2023
-8,2
5,0
2024
2025
-5,5
2026
-12,7

Q139) Qual a estimativa atualizada de arrecadação da receita orçamentária própria?	Receita anual na LOA:	R$ 237.613.000,00
	Projeção da receita atualizada:	R$ 204.107.882,15
	Diferença:	-R$ 33.505.117,85
	% em relação à LOA:	14,10%
Q140) Comportamento da despesa orçamentária própria.	Autorizada (a):	R$ 237.613.000,00
	Empenhada (b):	R$ 139.560.063,59
	% de execução (b/a):	58,73%
	Liquidada (c):	R$ 52.231.194,76
	% de liquidação (c/a):	21,98%
	Paga (d):	R$ 49.041.453,85
	% de pagamento (d/a):	20,64%
Q141) Evolução da despesa orçamentária própria.	Empenhada 1° quadrimestre de 2025:	R$ 130.362.811,50
	Empenhada 1° quadrimestre de 2026:	R$ 139.560.063,59
	Δ mesmo período do exercício anterior:	7,06%
	Liquidada 1° quadrimestre de 2025:	R$ 53.111.068,83
	Liquidada 1° quadrimestre de 2026:	R$ 52.231.194,76
	Δ mesmo período do exercício anterior:	-1,66%

Q070) Qual o resultado orçamentário próprio?	Receita arrecadada:	R$ 61.677.422,15
	(−) Despesa Empenhada:	R$ 139.560.063,59
	(=) Resultado Orçamentário:	-R$ 77.882.641,44
	Déficit:	-126,27%

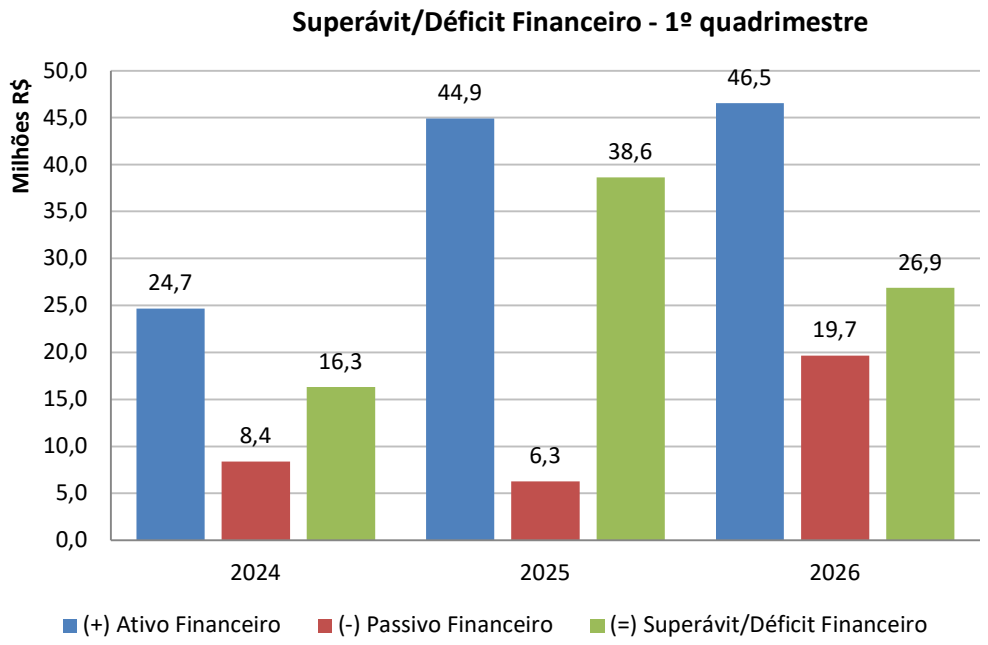


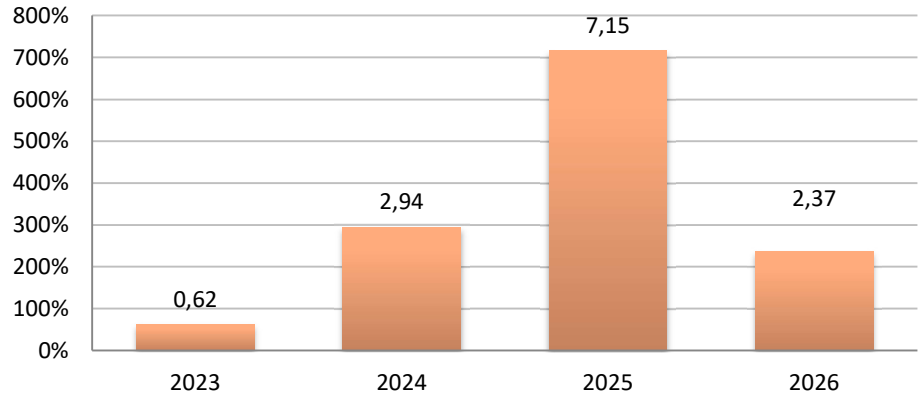


AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS		
Q018) Desde o início do exercício, qual foi a taxa de investimentos do DAAE (investimentos totais empenhados / receita corrente líquida)?	Investimentos totais empenhados:	R$ 23.184.348,91
	Receita Corrente Líquida:	R$ 206.430.000,00
	Taxa de investimentos no período:	11,23%
	Δ mesmo período do exercício anterior:	199,03%

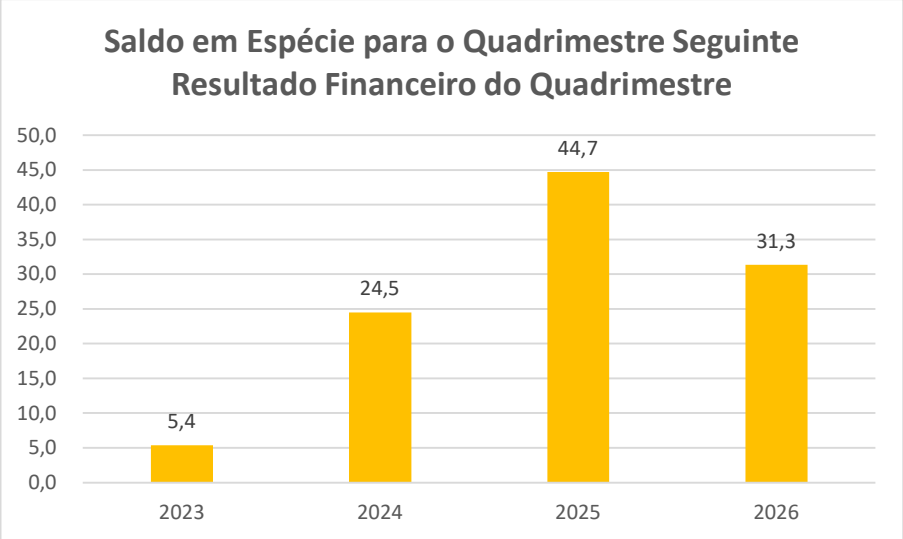
Emitir manifestações técnicas visando à uniformização e à normatização de procedimentos para os processos de programação e movimentação financeira e de contabilidade da Autarquia (Lei 9.797/2019, art. 18º, III).

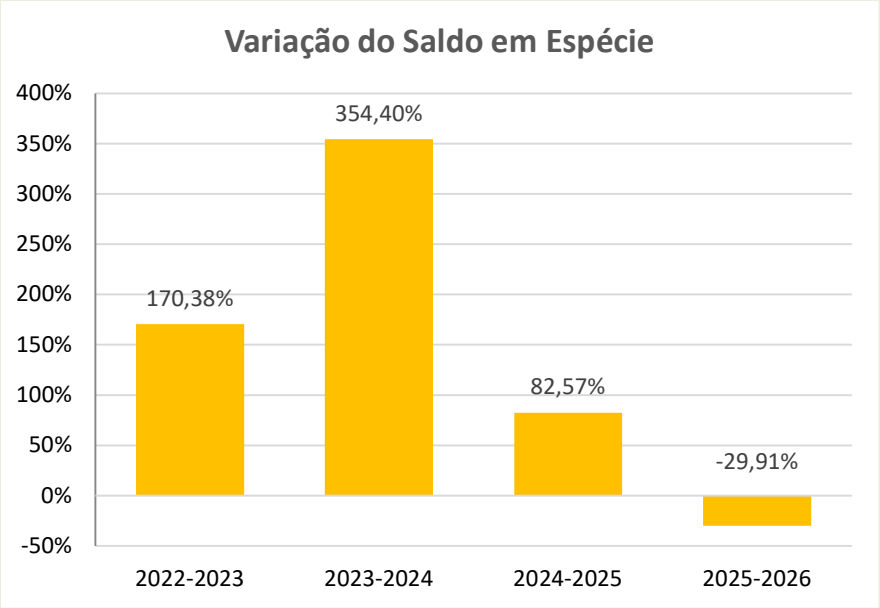
AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA		
Q143) A execução financeira resultou em déficit ou superávit financeiro? Qual o Índice de Liquidez Imediata, evidenciando a situação do DAAE frente aos compromissos de curto prazo?	(+) Ativo Financeiro:	R$ 46.545.171,66
	(−) Passivo Financeiro:	R$ 19.659.466,48
	(=) Resultado Financeiro:	R$ 26.885.705,18
	Índice de Liquidez Imediata (Ref.>1):	2,37





Q155) Qual o resultado financeiro do exercício (saldo em espécie do período menos saldo em espécie do exercício anterior)?	Saldo em Espécie em 30/04/2026:	R$ 31.332.352,18
	(−) Saldo em Espécie em 31/12/2025:	R$ 35.979.588,46
	(=) Resultado Financeiro do Exercício:	-R$ 4.647.236,28
	Δ mesmo período do exercício anterior:	-12,92%





IV – Avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

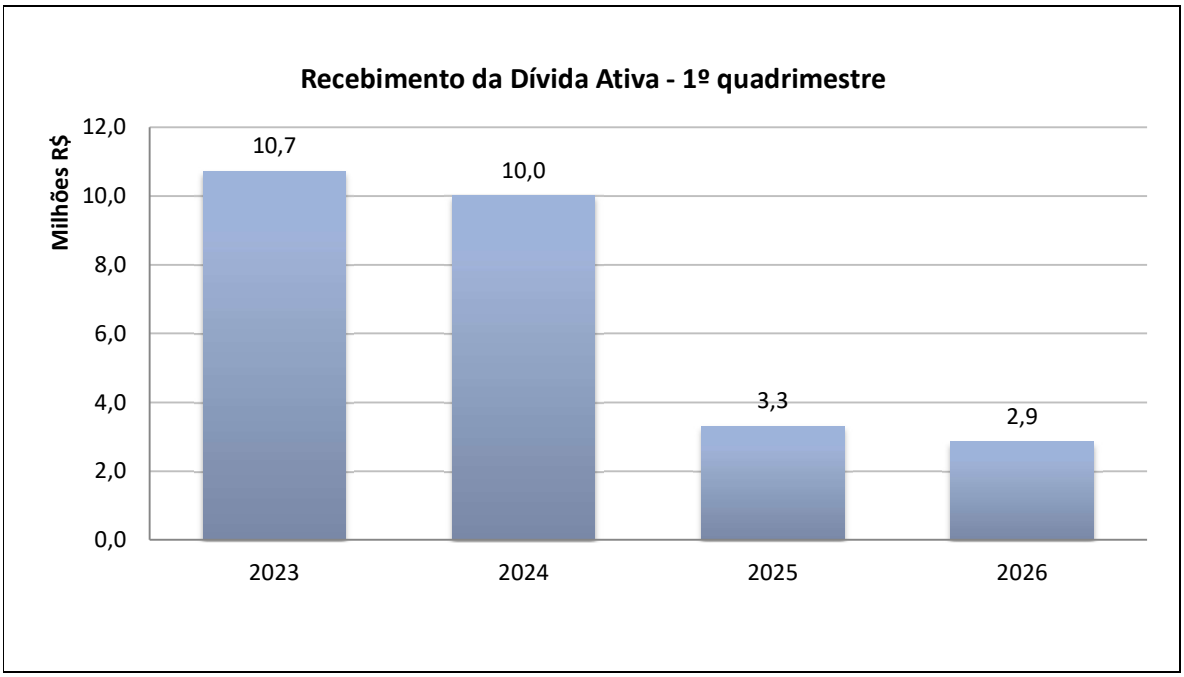
Avaliação da legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (art. 70 e art. 74, II, da CF; art. 75, I, da Lei Federal 4.320, de 1964; art. 67, II, da IN TCE-SP 01/2024 e NT CGM Araraquara 01/2022). Coleta de informações internas e externas de interesse da Autarquia, sejam elas contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais, que possibilitam a tomada de decisões (Lei 9.797/2019, art. 18º, I).

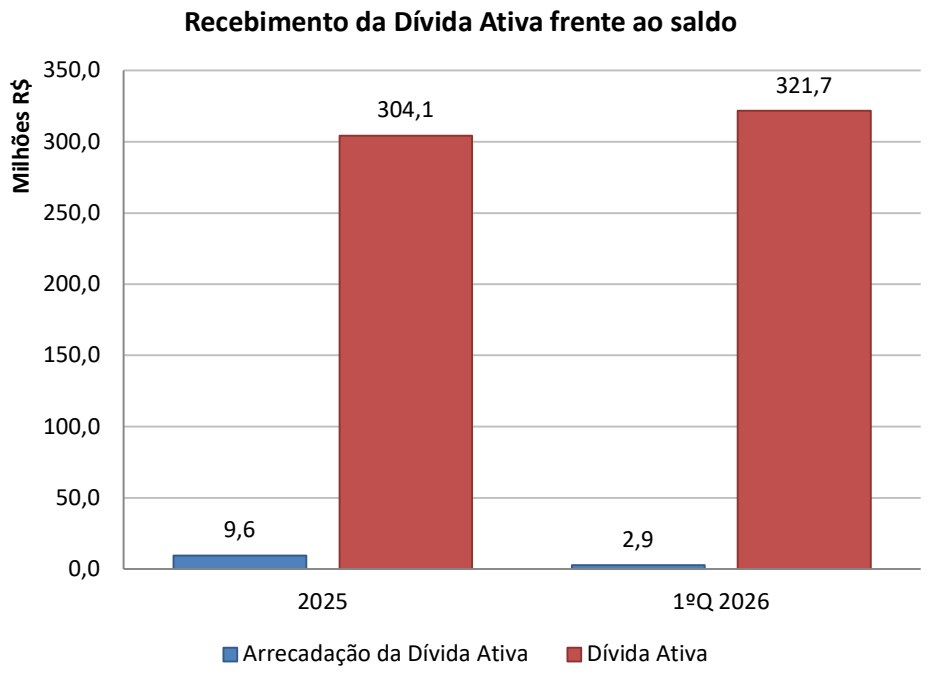
RESULTADO PATRIMONIAL

Q162) Quais foram as variações patrimoniais dos grupos do Balanço Patrimonial? O resultado patrimonial (DVP) foi positivo no período?

Item	Valor	Δ% ref. ao ano anterior
Ativo Circulante	R$ 46.083.825,44	-7,61%
Ativo Não Circulante	R$ 317.478.347,42	+5,40%
Ativo Total	R$ 363.562.172,86	+3,55%
Passivo Circulante	R$ 18.919.528,08	-29,16%
Passivo Não Circulante	R$ 16.175.251,38	-15,92%
Passivo Total	R$ 35.094.779,46	-23,61%
Patrimônio Líquido	**R$ 328.467.393,40**	**+7,64%**
Variação Patrimonial Aumentativa	R$ 103.975.043,69	+1,87%
Variação Patrimonial Diminutiva	R$ 103.958.572,58	+18,75%
Resultado Patrimonial	**R$ 16.471,11**	**-99,89%**

Coordenar as atividades de planejamento e análise da arrecadação dos créditos de origem tarifária administrados pela Autarquia (Lei 9.797/2019, art. 18º, VII).		
AVALIAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA		
Q043) A arrecadação da dívida ativa superou a do mesmo período do exercício anterior?	Não.	
	Recebimento da Dívida Ativa no 1°Q. de 2025:	R$ 3.304.713,06
	Recebimento da Dívida Ativa no 1°Q. de 2026:	R$ 2.851.183,34
	Diferença:	-R$ 453.529,72
	Δ do ano anterior:	0,97%
Q146) Nos três últimos exercícios, qual a média de recebimento da dívida ativa, frente ao saldo do ano anterior?	Média do saldo anterior da Dívida Ativa nos três últimos exercícios:	R$ 279.377.518,43
	Média de recebimento da Dívida Ativa até o 1º quadrimestre nos três últimos exercícios:	R$ 5.389.455,51
	Proporção média de recebimento da Dívida Ativa nos últimos três exercícios:	1,98%





Q156) Houve providências jurídicas para cobrança da dívida ativa dos 20 maiores devedores? Qual a proporção, e a variação de um exercício ao outro, dos saldos dos 20 maiores devedores da autarquia em relação ao total?	Todas as dívidas referentes aos maiores devedores estão ajuizadas. 20 Maiores devedores: O Valor Total Original é de R$ 85.275.446,47 e o Valor Total Atualizado é de **R$ 219.865.908,21** . Este último representa 68,34% do total da dívida ativa tributária e não tributária do período. No final do exercício fiscal anterior, este grupo representava 70,25% do total da dívida ativa tributária e não tributária, percebendo-se uma diminuição entre o fechamento de 2025 e o 1º quadrimestre de 2026. Dentro do grupo de maiores devedores do DAAE destaca-se a Penitenciária Dr. Sebastião M. Silveira (UGE 380116), cujo endividamento referente a serviços de tratamento de esgoto, no montante total de R$ 172.867.017,48, representa 53,73% do acumulado da dívida total inscrita; o total inscrito acumulado é **R$ 321.717.967,16**, representando um aumento de 5,78% frente ao quadrimestre anterior.

Q163) Concedeu empréstimos à Administração Direta (Prefeitura Municipal de Araraquara)? Existem outros saldos devedores em aberto entre a Autarquia e a PMA que possam ter características de financiamentos?	A Autarquia não concedeu empréstimos para a Prefeitura de Araraquara. Existe, porém, saldo devedor em aberto de R$ 14.186.936,96 na conta patrimonial "1.2.1.2.2.11.00 - Demais Créditos A Receber E Valores A Longo Prazo" de despesas próprias da Prefeitura Municipal de Araraquara, Cliente: 01 45.276.128/0001-10. O saldo é composto por três objetos: a) cessão de servidores autárquicos à Prefeitura sem o devido reembolso; b) contrato n.º 5517/2021 que aborda a folha de pagamento com o Banco Santander e; c) processo judicial n.º 1001731-68.2021.8.26.0037 (SPE Arenco) – os valores referentes aos dois últimos itens foram creditados ao município, porém não repassados à esta Autarquia. Tal questão também é apontada e acompanhada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Ofício n.º 092/25 – 9PJ, referência IV 0195.0002219/2023.
Q164) O Imposto de Renda retido foi recolhido à matriz do Município, ou seja, à Prefeitura, conforme art. 158, I, da Constituição Federal?	Sim, o imposto de renda foi devidamente recolhido para servidores e terceirizados.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	
Q049) Desde o início do exercício, quanto já foi pago a título de sentenças judiciais (registradas no mapa de precatório e outras sentenças)?	Saldo Total das Despesas Pagas com Sentenças Judiciais: R$ 6.305.744,40 Δ mesmo período do exercício anterior: 70,10%
Q050) Nessa marcha de pagamento judicial, a Autarquia deve honrar, até o final do ano, o valor do último mapa orçamentário e mais a anterior dívida judicial, esta última segundo as mais recentes determinações do STF (registradas no mapa de precatório)?	Sim. Saldo Total dos Mapas de Precatórios: R$ 14.886.312,71 Saldo Total Amortizado: R$ 9.537.319,76 Porcentagem de Amortização: 64,07%

AVALIAÇÃO DAS DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	
Q063) Dispõe a Autarquia de regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União?	Sim, conforme o Extrato CAUC emitido em 01/06/2026.
Q064) Dispõe a Autarquia do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS?	Sim, conforme o Extrato CAUC emitido em 01/06/2026.

Q067) Desde o início do exercício, o DAAE recolhe os encargos sociais (INSS, PASEP e FGTS)? Os parcelamentos previdenciários estão sendo cumpridos? Em caso negativo, qual o valor devido por tipo de contribuição?	Sim, conforme o Extrato CAUC emitido em 01/06/2026. Porém, permanece com o status de certidão positiva com efeito de negativa na Receita Federal do Brasil. Existe matéria em litígio, de exercícios passados, conforme processos fiscais n.º 19613.721592/2023-11 e n.º 19613.738919/2022-11. Em ambos os processos se discute valores de contribuição previdenciária decorrente de compensação tributária julgada improcedente e as respectivas multas pelo inadimplemento no prazo. Existe também o processo judicial n.º 5003176-83.2019.4.03.6120, que tramita perante a Justiça Federal e discute composição das verbas que integram a base de cálculo da contribuição previdenciária. Este se confunde parcialmente com os processos de compensação que correm perante a RFB. No processo judicial discute-se apenas o valor do tributo a recolher, enquanto nos processos fiscais discute-se também a aplicação de multas punitivas pelo não recolhimento do tributo devido no prazo legal. Atualmente, o processo judicial encontra-se suspenso por decisão judicial e ainda aguarda julgamento que ocorrerá juntamente com os processos do Município em casos análogos.
Q068) As dívidas previdenciárias estão todas contabilizadas? Qual foi o recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PASEP) registrado no período?	Sim. <u>Despesas Orçamentárias (Liquidadas)</u> INSS Patronal: R$ 3.105.230,90 FGTS: R$ 844.684,29 PASEP: R$ 611.239,13 Complementação de Aposentadorias: R$ 969.311,28 Complementação de Pensões: R$ 252.648,54 **Total no período: R$ 5.783.114,14** <u>Despesas Extraorçamentárias (Liquidadas)</u> INSS – Contribuição do Empregado: R$ 1.389.833,18 INSS – Prestadores de Serviços PJ: R$ 476.138,75 INSS – Prestadores de Serviços PF: R$ 0,00 **Total no período: R$ 1.865.971,93**

Coordenar procedimentos de auditoria em processos de despesa, aferindo a conformidade dos procedimentos de programação, de aquisição, de recebimento e de pagamento (Lei 9.797/2019, art. 18º, V).	
AVALIAÇÃO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS	
Q079) Relativamente à despesa total, tem sido elevado o nível de contratações diretas (dispensas ou inexigibilidades), a indicar desvio do constitucional princípio da licitação?	Não. Total da Despesa Empenhada Sem Licitação: R$ 28.381.507,58 (−) Energia Elétrica (inexigibilidade): R$ 15.475.537,50 (−) PASEP: R$ 2.065.000,00 (−) Fundo Social: R$ 1.884.000,00 (=) Despesa Líquida Empenhada Sem Licitação: R$ 8.956.970,08 % Despesa Líquida Empenhada Sem Licitação: 6,42%
TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO	
Q113) A entidade regulamentou a Lei de Acesso à Informação? O regulamento encontra-se disponível na Internet? No regulamento estão previstos: forma de classificação das informações quanto ao grau de sigilo; responsabilização no caso de condutas ilícitas e instância recursal para os casos de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos?	Sim, através da Lei Municipal nº 9.862/2020 e do Decreto Municipal nº 12.404/2020. O acesso se dá através dos *links* a seguir: https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9862 https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/DecretosMunicipais/12404/Arquivos/2 As formas de Classificação, Desclassificação e Reclassificação estão disponíveis no Capítulo V do Decreto Municipal n.º 12.404/2020. A responsabilização perante casos de condutas ilícitas é citada nos artigos n.º 21 e 31, da Lei Municipal n.º 9.862/2020. As instâncias recursais em casos de pedidos de acesso à informação são definidas na Seção VII, da Lei Municipal n.º 9.862/2020. Verificado em 04/05/2026.
Q114) O "Portal de Transparência" foi criado? É de fácil localização? Os conteúdos de transparência são acessados por meio de um único portal? A página possui linguagem simples, objetiva e compreensível, sem jargões técnicos, siglas ou estrangeirismo?	Sim. O acesso se dá nesta data pelo seguinte caminho: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Portal da Transparência. Ou diretamente disponível em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia . Verificado em 04/05/2026.
Q115) O registro das competências e estrutura organizacional foi disponibilizado? Há divulgação de endereços, telefones e horários das unidades de atendimento? Há indicação da autoridade/organização responsável pelo Portal?	Sim. Competências do órgão: https://daaeararaquara.com.br > Serviços. Estrutura Organizacional: https://daaeararaquara.com.br > Institucional > Organograma. Ou diretamente em:

	https://daaeararaquara.com.br/organograma Endereços, telefones e horários das unidades de atendimento: https://daaeararaquara.com.br > Contato > Endereços. Ou diretamente em: https://daaeararaquara.com.br/enderecos/ Organização responsável pelo site: https://connectwebmarketing.com.br/ Verificado em 04/05/2026
Q117) A autarquia divulga, em sua página eletrônica, as informações alusivas a procedimentos licitatórios (modalidade, data, valor, número/ano e objeto) e ações governamentais, nos moldes do art. 8º, § 1º da Lei Federal nº 12.527, de 2011?	Sim. Disponível em: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Portal da Transparência > Licitações. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/Compras-transparencia Verificado em 04/05/2026.
Q085) A entidade disponibiliza os editais de licitações e contratos na íntegra?	Sim, por meio do Portal de Transparência. O acesso está disponível em: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Portal da Transparência > Licitações. Ou diretamente disponível em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/Compras-transparencia Verificado em 04/05/2026.
118) A entidade, em sua página eletrônica, mostra receitas arrecadadas e a espécie de despesa realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada, tudo em conformidade com o art. 48-A da LRF?	Sim, por meio do Portal de Transparência. O acesso está disponível em: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Portal da Transparência > Receitas e ou > Despesas e ou > Licitações. Ou diretamente disponível em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia Verificado em 04/05/2026.
Q120) Foi disponibilizada a prestação de contas do exercício anterior?	Sim, por meio do Portal de Transparência. O acesso se dá nesta data pelo seguinte caminho: https://daaeararaquara.com.br > Institucional > Portal da Transparência > Demonstrativos > Balanço Geral. Ou diretamente disponível em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Demonstrativo/ListaSubGrupos?grupo=BALAN%C3%87O%20GERAL Verificado em 04/05/2026.

Q125) Foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (art. 9º da Lei 12.527, de 2011)?	Sim, disponível em: https://daaeararaquara.com.br > Institucional > Portal da Transparência > Atendimento E-SIC - Ver mais. Ou diretamente em:

	https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Questao/Escolha Verificado em 04/05/2026.
Q126) Há possibilidade de envio de pedidos ao SIC de forma eletrônica? O link do E-Sic eletrônico está disponível no site? Há possibilidade de acompanhamento eletrônico do pedido de acesso?	Sim, disponível em: https://daaeararaquara.com.br > Institucional > Portal da Transparência > Atendimento E-SIC - Ver mais. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Questao/Escolha Verificado em 04/05/2026.
Q127) Há possibilidade de entrega de um pedido de acesso à informação de forma presencial?	Sim, na Central de Atendimento ao Usuário do DAAE (CAUD). Endereço: Av. José Parisi, 331 - Vila Velosa, Araraquara – SP. CEP: 14806-000
Q165) Foi publicada a relação de documentos classificados e desclassificados (de acordo com o grau de sigilo)?	Sim, disponível em: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Transparência > Demonstrativo > Classificação de Informações. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Demonstrativo/ListaSubGrupos?grupo=CLASSIFICACAO%20DE%20INFORMACOES Verificado em 04/05/2026.

Q166) Cumprem-se os prazos para respostas às solicitações de acesso à informação? Há relatório estatístico sobre atendimento a pedidos de informação?	Não é possível realizar o acompanhamento pelo site do DAAE sobre os prazos das respostas dos pedidos de informação. Não há um relatório estatístico sobre pedidos de informação. Há neste momento a análise da possibilidade de solução para tal quesito no portal desta Autarquia ou a integração de parte deste com o da Prefeitura. Existem, porém, dados absolutos sobre o total de pedidos, pedidos respondidos, não atendidos e indeferidos. Estão disponíveis em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Questao/Escolha Verificado em 04/05/2026.
Q167) O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) comunica sobre possibilidade de recurso?	No portal próprio do DAAE, não existe solução desenvolvida para acompanhamento de recurso. Porém, no portal da Prefeitura Municipal também é possível iniciar solicitações e recursos. Há neste momento a análise da possibilidade de solução para tal quesito no portal desta Autarquia ou a integração de parte deste com o da Prefeitura. Verificado em 04/05/2026.

Q168) Ocorre a divulgação das cessões com número do ato de cessão, vínculo de emprego, carga horária, informando se o ônus financeiro é para a origem ou para o destino, prazo de cessão e lotação?	Sim. Disponível em: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Portal da Transparência > Demonstrativo > Quadro de Recursos Humanos. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Demonstrativo/ListaSubGrupos?grupo=QUADRO%20RECURSOS%20HUMANOS Verificado em 04/05/2026.
Q169) Em relação às despesas com adiantamentos/diárias, são publicadas no portal da transparência: nome do beneficiário; número da matrícula; valores recebidos; período da viagem (data de início e término); destino e motivo da viagem; meios de transporte e custo; gastos com passagens, ou com ressarcimentos de combustível; quantidade de diárias pagas; e valor unitário das diárias?	Os adiantamentos e diárias estão publicados em: https://www.araraquara.sp.gov.br/ > Transparência > Geral > Atendimentos e Diárias. Ou diretamente em: https://araraquara.giap.com.br/ords/pma/f?p=1839:14:16499708222127 Verificado em 04/05/2026.
Q170) O site contém dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades previstas ou em execução no orçamento vigente?	Sim, disponível em: https://www.araraquara.sp.gov.br/ > Portal da Transparência > Licitações. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/Compras-transparencia Verificado em 04/05/2026.
Q171) O site contém informação pertinente à administração do patrimônio público?	Sim, disponível em: https://daaeararaquara.com.br > Institucional > Portal da Transparência > Demonstrativo > Inventário de Bens Móveis. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Demonstrativo/ListaSubGrupos?grupo=INVENT%C3%81RIO%20DE%20BENS%20M%C3%93VEIS Verificado em 04/05/2026.
Q172) Há, no portal da transparência, o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?	Sim, disponível em: https://daaeararaquara.com.br/ > Institucional > Portal da Transparência> Convênios. Ou diretamente em: https://transparencia.araraquaradaae.eportal.net.br/transparencia/Convenio/ListaGrupos Verificado em 04/05/2026.

BENS PATRIMONIAIS		
Q153) Quantidade de furtos e danos ao patrimônio público ocorridos no período?	Não houve ocorrências. No período atual: Δ mesmo período do exercício anterior:	 0 -100%

Avaliação da legalidade, eficácia e eficiência dos resultados alcançados com os repasses a entidades do terceiro setor (art. 74, II, da CF; art. 66, III, da IN TCE-SP 01/2020 e NT CGM Araraquara 01/2022).	
AVALIAÇÃO DOS REPASSES AO TERCEIRO SETOR	
Q149) Desde o início do exercício, quanto foi repassado a título de auxílios, subvenções e contribuições para entidades do Terceiro Setor?	O DAAE Araraquara não repassa recursos ao terceiro setor.

V – Análise do Relatório de Gestão Fiscal

Avaliação das despesas com pessoal a seus limites fiscais (art. 59, III, da LRF e NT CGM Araraquara 01/2022).	
AVALIAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	
Q089) O percentual da despesa de pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL) do DAAE está adequado?	Sim. Verificou-se que o Índice de Despesas de Pessoal do DAAE está adequado com o limite prudencial de 95% previsto no art. 22 e previsões do art. 21 da LRF. No período: 27,41% Δ mesmo período do exercício anterior: 7,01% Despesa Líquida com Pessoal no 1º Quadrimestre: R$ 56.583.580,82
Q086) Desde o início do exercício, ocorreram quantas admissões, exonerações e aposentadorias?	Admissões: 6 Demissões: 6 Aposentadorias: 1
Q087) Os contratados por tempo determinado realizaram processo seletivo, ainda que simplificado?	Não houve contratos temporários.

Avaliação da dívida consolidada a seus limites fiscais (art. 59, IV, da LRF e NT CGM Araraquara 01/2022).	
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
Q158) O percentual da Dívida Consolidada sobre a RCL está adequado em relação ao previsto na Resolução do Senado Federal nº 40/2001? Qual foi a variação percentual total da Dívida Fundada Interna com vencimento a curto e longo prazo, contratos, financiamentos, parcelamentos e demais obrigações junto a fornecedores?	Sim. Verificou-se a redução percentual de 3,93% no saldo da Dívida Fundada, e que os limites percentuais da relação DCL/RCL, de 15,80%, estão adequados. Inscrição Atualizada: R$ 8.933.814,07 (−) Amortização: R$ 405.693,80 (=) Saldo da Dívida Fundada: R$ 8.528.120,27 Variação percentual total da Dívida: -4,54% Dívida Consolidada (DC): R$ 8.528.120,27 (−) Disponibilidades e haveres financeiros: R$ 46.545.171,66 (=) Dívida Consolidada Líquida (DCL): -R$ 38.017.051,39 Receita Corrente Líquida (RCL): R$ 206.430.000,00 Relação DCL/RCL (ref. < 1,2): 0,00 *Conforme praxe do Tesouro Nacional para DCL negativas.

Avaliação das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Autarquia (Resoluções 40 e 43/2001, do Senado; art. 59, II, da LRF; art. 66, IV, da IN TCE-SP 01/2020 e NT CGM Araraquara 01/2022).	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	
Q131) As operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado (art. 59, II, da LRF)?	Sim. Lei Municipal 9.173, de 25 de janeiro de 2018, dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE) e dá outras providências. Objeto: Ampliação do sistema de captação, distribuição, reservação de água e redes na área urbana de Araraquara, com recursos provenientes do contrato de financiamento – Programa Saneamento para Todos. Lei Municipal 10.857, de 19 de julho de 2023, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, e dá outras providências. Objeto: Aquisição de veículos e equipamentos no âmbito do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA) - Apoio Financeiro para Despesa de Capital. Valor Total das Operações: R$ 12.352.172,05 Relação Operação de Crédito/RCL: 5,98%

Análise da cobertura financeira dos Restos a Pagar (art. 59, II, da LRF).	
RESTOS A PAGAR	
Q151) O saldo dos restos a pagar do exercício anterior foi totalmente pago ou cancelado até o período atual? Existe cobertura financeira para o pagamento do saldo remanescente de restos a pagar (art. 59, II, da LRF)?	**3° Quadrimestre de 2025** Disponibilidade Financeira em 31/12/25: R$ 35.979.588,46 (−) Restos a Pagar Processados: R$ 3.233.387,03 (−) Restos a Pagar Não processados a Liquidar: R$ 25.172.025,87 (=) Disponibilidade Líquida em 31/12/25: R$ 7.574.175,56 **1° Quadrimestre de 2026** Total de restos a pagar inscritos: R$ 28.405.412,90 (−) Total de restos a pagar pagos no período: R$ 17.264.288,62 (−) Total de restos a pagar cancelados: R$ 172.117,66 (=) Saldo total de restos a pagar no período: R$ 10.969.006,62 Disponibilidade Financeira em 30/04/26: R$ 46.545.171,66 (−) Saldo de Restos a Pagar liquidado: R$ 0,00 (−) Saldo de Restos a Pagar não liquidado: R$ 10.969.006,62 (=) Disponibilidade Líquida em 30/04/26: R$ 35.576.165,04 Existia cobertura financeira para pagamento do saldo total de restos a pagar no período abordado.

Verificação da aplicação em gastos de capital dos recursos da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 59, VI, cc art. 44, ambos da LRF).	
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Q133) Os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e não direcionados para despesas correntes (art. 59, VI, cc art. 44, ambos da LRF)?	Sim. Receita de Capital Arrecadada: R$ 553.509,13 Despesa de Capital Empenhada: R$ 23.184.348,91

VI – Ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos

Avaliação da regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados (art. 75, II, e art. 78 da Lei Federal 4.320, de 1964; art. 67, VII, da IN TCE-SP 01/2024 e NT CGM Araraquara 01/2022).	
DESPESAS COM ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS	
Q056) Desde o início do exercício, qual a proporção das despesas sob adiantamento relativamente ao gasto total? Tal proporção assemelha-se à de anos anteriores?	Verificou-se que a proporção média, nos últimos três anos, de gastos com adiantamentos frente às despesas totais é 0,0107%. O saldo médio de adiantamentos dos últimos três anos é de R$ 5.213,83. O volume dos gastos com diárias também está adequado. 1ºQ) Gastos com Diárias: R$ 3.371,34 Adiantamentos Solicitados: R$ 19.750,00 (−) Adiantamentos Devolvidos: R$ 13.487,15 (=) Gastos com Adiantamentos: R$ 6.262,85 Despesas Pagas Totais: R$ 49.041.453,85 % dos Adiantamento × Despesas Totais: 0,0128% Δ mesmo período do exercício anterior: 0,002%

VII – Apoio ao Controle Externo

Apoio ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, da CF e art. 66, V, e art. 69 da IN TCE-SP 01/2024).	
CUMPRIMENTO DE PRAZOS E ALERTAS DA AUDESP	
Q037) Emitiu o Tribunal de Contas alerta notificando que a receita se comporta abaixo do esperado, o que exige contenção da despesa não obrigatória?	O TCE-SP não emitiu nenhum alerta, conforme demonstrado em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/araraquara/2026/relatorio-alerta. Verificado em 28/05/2026.
Q069) Emitiu o Tribunal de Contas alertas quanto a possível déficit da execução orçamentária e abatimento insuficiente dos restos a pagar?	O TCE-SP não emitiu nenhum alerta, conforme demonstrado em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/araraquara/2026/relatorio-alerta. Verificado em 28/05/2026.
Q095) As conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais?	Sim, conforme demonstrado no Sistema Audesp. Verificado em 02/06/2026.
Q142) Emitiu o Tribunal de Contas alerta notificando que documentos não foram entregues ou entregues em atraso?	Não, conforme demonstrado no Sistema Audesp. Verificado em 02/06/2026.
Q144) Emitiu o Tribunal de Contas alerta de resultados de análises, do Sistema AUDESP, desfavoráveis ou irregulares?	Não, conforme demonstrado no Sistema Audesp. Verificado em 02/06/2026.
Q147) Emitiu o Tribunal de Contas alerta sobre insuficiente pagamento judicial?	O TCE-SP não emitiu nenhum alerta, conforme demonstrado em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/araraquara/2026/relatorio-alerta. Verificado em 28/05/2026.
Q148) No tocante à despesa laboral, emitiu o Tribunal de Contas alerta sobre ultrapassagem de 90% do teto atribuído a cada Poder?	O TCE-SP não emitiu nenhum alerta, conforme demonstrado em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/araraquara/2026/relatorio-alerta. Verificado em 28/05/2026.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS	
Q173) A Autarquia vem atendendo às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?	Sim. Os apontamentos dos últimos Relatórios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foram tratados e explanam-se a seguir os pontos de análise.

Item B.1.2 do Relatório de Fiscalização do TCE-SP (TC-002141.989.22-8): RESULTADOS FINANCEIRO E ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL – EXERCÍCIO 2022. a) Déficit financeiro no exercício de R$ 16.243.642,74; b) Redução do resultado econômico e patrimonial, relacionada, principalmente, com os ajustes efetuados no balanço patrimonial no valor de R$ 39.963.351,08, referente a créditos reconhecidos pela Autarquia perante a Prefeitura Municipal de Araraquara desde o exercício de 2014, mas não reconhecidos pelo Credor.
Ação Corretiva: A Divisão de Finanças informou, em 07/05/2024, que tem registrado os dados, explica-os, faz projeções de resultados e apresenta-os para a Superintendência e Diretoria. Em relação à redução do resultado econômico e patrimonial trata-se de decisão superior fundamentada em parecer jurídico. Em relação ao resultado financeiro, é fundamental o acompanhamento periódico das receitas e despesas da autarquia, por meio dos relatórios contábeis obtidos no sistema contábil.
Resultado: No exercício de 2023 houve déficit financeiro de R$ 6.423.976,33, ou seja, uma redução de 60,45% em relação ao exercício anterior, evidenciando a efetividade das ações tomadas. Quanto ao resultado patrimonial, essa situação destaca a importância da transparência e da conformidade contábil, bem como a necessidade de comunicação eficaz entre as partes envolvidas. Em relação às despesas decorrentes de serviços de caráter geral e indivisível, tais como manutenção das áreas verdes e parques, praças e logradouros municipais, que foram custeadas pelo DAAE e não foram restituídas, é preciso informar que a Corte de Contas alçou ao campo das ressalvas, conforme as seguintes sentenças: Processo TC-002740.989.21, de 23/05/2024; e Processo TC-002141.989.22-8, de 18/04/2024.
Recomendação: Em sentença proferida em 18/04/2024 no âmbito do processo TC-002141.989.22-8, o Auditor da Corte de Contas adverte "às partes no caso específico, a necessidade de uma resolução justa e equitativa é fundamental para lidar com essa situação de forma eficaz e evitar conflitos prolongados". Adicionalmente, em relação aos servidores cedidos entre DAAE e Prefeitura, recomenda "a observância estrita da legislação e o respeito aos princípios constitucionais, evitando-se abusos capazes de refletir negativamente no resultado da execução orçamentária da autarquia".
Situação: Parcialmente finalizada. Os valores relativos à cessão de servidores à Prefeitura continuam sendo contabilmente inscritos; ainda não houve ressarcimento destes. Os valores referentes aos serviços de caráter geral e indivisível foram custeados pelo DAAE, em 2022, por dotações próprias, conforme pareces da Procuradoria Geral Autárquica e Municipal. Esta questão continua sendo acompanhada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Inquérito Civil n.º 0195.0002219/2023 e ainda não fomos informados de sua conclusão.

VIII – Monitoramento do Sistema de Controle Interno

Avaliação de denúncias e representações (art. 74, § 1º, da CF e art. 69 da IN TCE-SP 01/2024).	
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
Q175) Desde o início do exercício, quais foram as denúncias e representações recepcionadas pela Controladoria?	Não houve denúncias e representações recepcionadas pela Controladoria no período em análise.

IX – Conclusões e Recomendações

Percebeu-se, neste primeiro quadrimestre de 2026, que a arrecadação efetiva foi inferior à projetada na LOA. Conforme demonstrado acima, a maior parte do déficit repousa nas receitas de capital e deu-se por morosidade na conclusão de análises pelos entes financiadores de recursos, como, Fehidro, Novo PAC e Selesam. Tal morosidade afetou também algumas obras programadas com recursos próprios, porém de execução necessariamente posterior às financiadas. Em resposta às adversidades enfrentadas, esta Autarquia logrou êxito em ordenar as despesas mantendo a liquidez e o superávit financeiro.

Outrossim, afirma-se que as recomendações emitidas neste relatório serão passíveis de verificação e acompanhamento, com seus avanços mensurados e pontuados por esta Controladoria.

Por fim, apresentam-se as necessárias recomendações sobre os pontos de atenção do Relatório do Controle Interno referente ao 1º quadrimestre de 2026.

AVALIAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

Q156) O maior devedor, a Penitenciária Dr. Sebastião M. Silveira (UGE380116), representa 53,73% do total da dívida inscrita no período. O saldo referente aos 20 maiores devedores durante o exercício apurado é de R$ 219.865.908,21 e representa 68,34% do saldo total.

Houve aumento de 5,78% no saldo da dívida ativa, culminando em um total de **R$ 321.717.967,16**.

Q163) A Prefeitura Municipal de Araraquara possui saldo a acertar com esta Autarquia no valor de R$ 14.186.936,96. Esta questão está sendo acompanhada pelo TCE/SP (Q173) e pelo MP/SP.

Recomendações: Recomenda-se à Procuradoria Geral a manutenção e ampliação das ações de cobrança dos devedores. E à Alta Gestão, planejar possíveis soluções de negociação junto à esfera estadual para o caso específico do maior devedor.

Sem mais, encerra-se este relatório.

Araraquara, 12 de junho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS FERNANDO DE CARVALHO GATTAS TANNU
Data: 12/06/2026 15:35:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
WELINGTON JOSE ROCHA DOS SANTOS
Data: 12/06/2026 15:42:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adm. Luís Fernando de C. G. Tannuri
Gestor Público
CRA/SP 156306

Adm. Dr. Welington J. Rocha dos Santos
Controlador
CRA/SP 99558